

Apropriação desigual do espaço urbano: Um estudo sobre a formação da Vila Maria dos Anjos, localizada no lixão municipal da cidade do Rio Grande

Autoria:

Renata dos Anjos Velho

Pedagogo. Pós-Doutor em Educação, doutor em Educação, mestre em Educação Ambiental, especialista em Educação, Especialista em: Gestão Ambiental; Tecnologia da Informação; Inclusão e Gestão Escolar. Professor na FGV-RJ, Uniarp- SC, Univale-MG e pesquisador na UPE

João Paulo Laranjo Velho

Pedagoga. Mestre em Geografia. Especialista em: Gestão e Administração Escolar; Inclusão Escolar pela Educaminas

Resumo

O presente estudo investigou a relação entre a apropriação desigual do espaço urbano periférico do município do Rio Grande/RS, com as questões habitacionais, tendo em vista que a apropriação do espaço urbano não ocorreu de forma igual para todos, pois o sistema capitalista é seletivo e excludente. Nesse sentido, os que possuem grande poder aquisitivo residem em áreas nobres, enquanto que as famílias de baixa renda residem em locais menos valorizados, sendo que, alguns ocupam áreas irregulares por não terem onde morar, como é o caso da pesquisa em estudo, onde os moradores moram ao redor do lixão municipal. Então, para responder estas questões, nos apropriamos da pesquisa bibliográfica e de campo. Sendo assim, foi aplicado um questionário para os moradores e para o Secretário Municipal de Habitação e o Secretário Municipal de Zeladoria.

Palavras-chave: Ocupação irregular. Lixão. Apropriação desigual. Saúde.

Como citar este capítulo:

ANJOS VELHO, Renata; LARANJO VELHO, João Paulo. Apropriação desigual do espaço urbano: Um estudo sobre a formação da Vila Maria dos Anjos, localizada no lixão municipal da cidade do Rio Grande. In: ANDRADE, Jaily Kerller Batista (Org.). **Fundamentos e pesquisas em Ciências Ambientais e Agrárias**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 1-15. ISBN: 978-65-85562-27-0. DOI: 10.58203/Licuri.22701.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu durante uma atividade social no ano de 2020, na Vila Maria dos Anjos, localizada na zona norte, periferia da cidade do Rio Grande, extremo sul do Rio Grande do Sul, diante da crise econômica e sanitária provocada pela pandemia do COVID-19, ocasião em que tivesse a oportunidade de vivenciar a realidade vivida dessa comunidade.

Então, para uma melhor aproximação, a fim de compreender os problemas vividos pela comunidade desse bairro específico, buscou-se através do presente estudo, desenvolvido na linha de pesquisa a Análise Urbano-Regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, analisar a origem e as transformações da Vila Maria dos Anjos, localizada no lixão municipal da cidade do Rio Grande/RS.

Sendo assim, levou-se em consideração que a desigualdade na apropriação do espaço urbano no município do Rio Grande é resultado da desigualdade social. Partindo desse princípio, o desenvolvimento de estudos sobre o espaço urbano precisa levar em consideração a dinâmica de produção e o crescimento diante das transformações no decorrer do processo de urbanização.

Portanto, para compreendermos a formação da Vila Maria dos Anjos é necessário conhecer os elementos que configuram a produção desse espaço. Um dos grandes problemas que atingem as cidades de forma geral, é a maneira como ocorrem o acesso à terra e as moradias pelas populações de baixa renda, tendo em vista que, a renda de muitas famílias é insuficiente para atender suas necessidades básicas. No entanto, não podemos deixar de considerar que existem políticas públicas de moradias populares, porém, estas são insuficientes para atenderem a demanda.

Segundo o geógrafo e escritor Milton Santos (2009), o crescimento das ocupações irregulares ocorre devido a incapacidade do Estado em proporcionar a população menos privilegiadas, através de políticas públicas, um programa habitacional adequado, pois a omissão do poder público em permitir que os interesses econômicos mundiais tenham precedência e acabem privilegiando um grupo pequeno, as custas de um grupo maior que fica em segundo plano.

Então, para alguns, o acesso a moradia só é possível através da ocupação de terras irregulares, inapropriadas, o que acaba gerando assentamentos urbanos informais, ou seja, são instalados em locais irregulares, sendo estes muitas vezes em áreas de risco e sem infraestrutura adequada, como é o caso da Vila Maria dos Anjos, localizada ao redor do lixão municipal na cidade do Rio Grande/RS.

Conforme Claudio Castilho (2011) as cidades são produzidas e representadas para atender aos interesses dos capitalistas, vindo a favorecer a acumulação do capital. Para o geógrafo David Harvey (2005, p. 40) “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo

de produção capitalista”, pressupondo que, é na cidade que ocorre as desigualdades no que tange a apropriação do espaço, onde quem tem maior poder aquisitivo ocupa melhores áreas, enquanto as pessoas de baixa renda, ocupam áreas menos privilegiadas, até mesmo irregulares.

Partindo desse princípio, buscou-se identificar como e quando ocorreu a ocupação da Vila Maria dos Anjos, local em que ficava o lixão municipal da cidade do Rio Grande/RS. Com isso, levou-se em consideração que trata-se de um local irregular e que as famílias ali inseridas estão sujeitas a várias doenças, diante da exposição ao chorume que contamina o solo, resultado natural da decomposição, dos micro-organismos transportados por cachorros e aves que se alimentam do lixo e posteriormente frequentam as casas dessas famílias que moram nas proximidades.

Para responder estas questões foi realizado uma entrevista com o secretário da Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento, Habitação e Regularização do município do Rio Grande e com o secretário da Secretaria Municipal de Zeladoria, a fim de saber se existia projetos para o reassentamento dessas famílias para uma área regular ou não.

Na ocasião, foi questionado também, se existia projetos para melhoria de infraestrutura para o bairro, visto que, as residências mais próximas ao lixão não têm acesso à energia elétrica, além de estarem expostas a valetas a céu aberto na frente das residências com moscas, mosquitos e outras espécies, em consequência dos resíduos orgânicos existentes no lixão.

Então, para atingir os objetivos, foi analisado o processo de ocupação irregular da Vila Maria dos Anjos, no município do Rio Grande, através da pesquisa documental e de campo, por meio da aplicação de entrevista com o secretário municipal de Coordenadoria, Planejamento, Habitação e Regularização, com o secretário de municipal de Zeladoria e também, para cinco por cento (5%) das famílias moradoras na Vila Maria dos Anjos, de um universo de aproximadamente trezentas (300) famílias, o que corresponde a 16 famílias.

Diante dos dados, se analisou a dinâmica do uso e ocupação do solo na área de estudo, a evolução das políticas públicas do município para evitar novas ocupações no local, buscou-se identificar os problemas socioambientais existentes em decorrência da forma de uso e ocupação do solo na área de estudo e, se existia projeto de realocação dessas famílias, além de identificar se existia um planejamento para evitar novas ocupações.

Diante da falta de infraestrutura mínima na Vila Maria dos Anjos, fizemos uma comparação com o bairro Santa Rosa, o qual é separado por apenas uma rua asfaltada, porém, possui um Fórum Estadual novo e moderno, com uma área de 16.186,90m², tendo sido construído entre os anos de 2018 e 2021, o qual possui um estacionamento pavimentado, uma fachada de 9.235 m² de vidros laminados, além das ruas que passam ao entorno serem pavimentadas. Por outro lado, de dentro do Fórum Estadual é possível ver do outro lado da rua,

a Vila Maria dos Anjos, com uma realidade bem diferente, pois muitos moradores vivem em barracos e não possuem banheiro sanitário.

O lixo por ser considerado algo inservível gera sentimentos negativos para os sujeitos que trabalham diretamente ou que moram próximos aos lixões. Alguns sentimentos negativos mais evidentes são: a exclusão, a vulnerabilidade e o preconceito. Neste sentido, estas questões reforçam a exclusão social. Segundo Henri Acselrad (2009, p. 69), “as áreas com os piores índices estão desprovidas de praticamente todos os serviços públicos e são habitadas pela população de renda mais baixa. Apenas as áreas de péssimas condições ambientais são acessíveis a população mais pobre, frequentemente em favelas”.

Quanto as técnicas usadas para a obtenção dos dados referentes ao problema investigado, ou seja, ao método de pesquisa, tendem a necessitar de uma série de procedimentos operacionais para atenderem as finalidades deste estudo, dentre as quais: a pesquisa exploratória, o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo (MORAES & COSTA, 1984).

O artigo foi organizado em introdução, apropriação desigual do espaço urbano e a segregação socioespacial, a produção do espaço urbano no município do Rio Grande, a ocupação irregular em área de risco: o caso da Vila Maria dos Anjos, no lixão municipal do Rio Grande -RS, pesquisa documental e de campo e pôr fim, a conclusão.

APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Entendemos o espaço construído como sendo determinante nas relações sociais. Então, não podemos desconsiderar as relações de poder constituídas. Conforme descreve Goettert (2004, p. 6) “O espaço habitado pelos seres humanos deve ser entendido como o local de moradia, de sentimento e de realização dos cidadãos”. Seguindo essa linha de raciocínio do autor, têm-se um espaço de interações e transformações marcados por diferenças. E é através dessas diferenças que surge o processo de exclusão social e a afirmação de estruturas de dominação arcaicas, como a da renda e da propriedade da terra, da dominação política e do acesso ao Estado (BRANDÃO, 2007, p. 133).

O sistema econômico capitalista é excludente, gera concorrência, visa lucro a qualquer custo, o que faz com que os grupos com o melhor poder aquisitivo possam investir para ampliarem o seu negócio, enquanto os menos favorecidos, não possuem recurso financeiro para investir. E, diante dos lucros obtidos, estes grupos privilegiados podem comprar propriedades em bairros

nobres que tem infraestrutura pública, enquanto os não privilegiados compram em bairros com pouca infraestrutura ou sem nenhuma infraestrutura. Em alguns casos, se apropriam de espaços não regularizados e até mesmo impróprio, como é o caso da Vila Maria dos Anjos que fica ao lado do lixão municipal na cidade do Rio Grande.

Para o sociólogo espanhol, Manuel Castells (1983), a cidade é o local onde se ocupa o espaço e se transforma, incluindo as cidades, onde se manifestam as desigualdades entre as classes e grupos sociais que a constituem. Desta maneira, pensar a estrutura urbana tornou-se uma tarefa complexa especialmente ao considerar que o espaço urbano está sujeito as múltiplas tensões, conforme evidencia-se no processo histórico das cidades. A racionalidade herdada da sociedade industrial ainda vigente na lógica dominante interfere na planificação e na organização do espaço urbano.

Com isso, devemos levar em consideração o ritmo da reprodução da vida dentro do contexto da sociedade capitalista de produção, pois o sentido da vida se dá no aspecto da reprodução de uma lógica do capital, onde algumas pessoas são manipuladas pelo sistema imposto pelas forças econômicas e sociais que determinam o estilo de vida em relação ao mundo.

As desigualdades nas condições de acesso à propriedade residencial são sentidas principalmente pelos mais pobres, que ocupam moradias em áreas inadequadas ao desenvolvimento urbano e revelam problemáticas na política habitacional brasileira. Ainda, segundo Yvonne Mautner (1999), a partir da ampliação e diversificação da produção industrial, depois da Revolução de 1930, surgiram impactos também na organização da indústria da construção. E, isso:

de fato, teve, ao longo do processo de industrialização e urbanização no país, um papel importante na implementação das mudanças que afetaram tanto a produção de mercadorias como a reprodução da força de trabalho; e até hoje abrange um largo espectro de formas de produção: da capitalista à doméstica, em seus extremos, refletindo no seu entrelaçamento as condições impostas pela forma peculiar da reprodução expandida no país, assim como a tendência à generalização da forma mercadoria criou, ao longo da história, diferentes formas de trabalho assalariado, o que induziu também a produção de um espaço urbano desigual e fragmentado (MAUTNER, 1999, p. 247-248).

Dessa forma, fica evidente que é fundamental a participação do estado nas políticas públicas de habitação, através da construção de casas populares, a fim de evitar a construção de residências em locais impróprios e irregulares, bem como da necessidade de ofertar apoio técnico aos que vão construir moradias de pequeno porte em terrenos regulares e são de baixa renda, a fim de evitar

risco de exposição dessas famílias quanto a riscos de desabamento e de fenômenos naturais como enchentes, vendavais, entre outros.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

A produção do espaço urbano no município do Rio Grande foi marcado pelos diferentes que ao longo de muitos anos se consolidaram. A primeira foi a pecuária através do comércio de couro, depois, as atividades econômicas chamadas urbano- industriais, instaladas na área portuária devido sua importância geográfica.

A produção espacial do município do Rio Grande e a ocupação das áreas do mesmo tem forte relação com as atividades portuárias, pois cada um dos períodos vividos pelo setor, impactou diretamente a sociedade, através da ocupação das áreas por habitações, comércio ou indústria. Nesse aspecto, a cidade é vista como um espaço de organização da sociedade, do fluxo de pessoas e mercadorias, que influenciaram e influenciam no modo de vida da população. Com isso, a posição geográfica foi fator determinante para o desenvolvimento do município.

Podemos dizer que, em cada período econômico, em consequência do Porto ou das indústrias, a cidade passou por momentos de ascensão e declínio, pois a produção não aconteceu de forma contínua. E, conforme os estudos de Oliveira et al (2011):

o processo de crescimento do sistema portuário do Rio Grande não aconteceu de forma contínua e ininterrupta. Ele se deu em um processo histórico eventualmente impulsionado de forma diferenciada pela influência de aspectos diversos, porém com destaque para os condicionantes econômicos e políticos. O porto, como um elo importante na cadeia econômica da produção, refletiu em seus crescimento ciclos econômicos ciclos econômicos mais ou menos bem definidos ou períodos mais propícios da produção primária ou secundária [...] (OLIVEIRA et al, 2011, p. 1).

Cada ciclo econômico vivenciado, faz com que a sociedade sofra influências, que podem ser ótimas em alguns aspectos e outras difíceis, principalmente, no que se refere a questão do emprego.

No caso, da cidade do Rio Grande, esta já gerou muitos empregos nas fábricas de peixes, porém, nos anos 1980, muitas delas foram fechadas, o que acarretou em muitos desempregados no município. Em 2006, diante do início da instalação do Polo Naval na cidade, o setor gerou em torno de 20 mil empregos com bons salários, sendo que em 2013, diante dos problemas que envolveram o setor, começaram a ocorrer demissões em massa tendo em vista que, parou o reparo nas plataformas, o que resultou em uma verdadeira dificuldade financeira para os desempregados, vindo a impactar diretamente na economia do município. O setor imobiliário foi um dos que mais sentiu a

crise, pois a procura era tão grande que, foram construídos 03 hotéis novos na cidade e vários alojamentos, sendo que após o ano de 2014, devido ao retorno dos trabalhadores para os seus estados de origem, o número de hóspedes diminuiu muito e o setor acumulou prejuízo.

Por outro lado, o valor dos imóveis diminuiu e ficou mais acessível e dentro da realidade do mercado, o que possibilitou para alguns moradores do município conseguirem obter um imóvel próprio.

A OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE RISCO: O CASO DA VILA MARIA DOS ANJOS, NO LIXÃO MUNICIPAL DO RIO GRANDE/RS

O lixão municipal da cidade do Rio Grande é um problema enfrentado pela administração pública, pois impacta negativamente o meio ambiente e a população que reside nas redondezas. Diante disso, é importante identificar a origem na Vila Maria dos Anjos para compreendermos como, e por que, foi ocupado o terreno ao redor, chamado Vila Maria dos Anjos.

Para obter estas respostas foi feito uma entrevista com o secretário municipal de Planejamento em outubro de 2021, o qual relatou que a origem do lixão no referido bairro, teve início no final da década de 80, sendo mais especificamente no ano de 1988. Porém, no ano de 2008, o mesmo foi desativado tendo em vista que o município passou a contar com um aterro sanitário na localidade da Vila da Quinta no município de Rio Grande.

O local selecionado para ser o lixão municipal na década de 80, era um terreno desocupado, sem infraestrutura urbana. Porém, com a utilização do terreno para depósito de lixo municipal, o espaço começou a ser habitado por famílias catadoras de lixo, pois facilitava o acesso aos resíduos sólidos, assim que fossem descarregados, bem como facilitava para armazenar no pátio do reciclador, até que fosse selecionado para ser levado para reciclagem.

No ano de 2008 a prefeitura municipal encerrou as atividades do lixão municipal, visto ter entrado em funcionamento em 2009 o aterro sanitário localizado na Vila da Quinta, nas proximidades da BR 392. No entanto, no ano de 2019 o aterro sanitário atingiu seu limite máximo de capacidade de receber o lixo e encerrou suas atividades. A partir daí, o antigo lixão municipal passou a ser utilizado como espaço de transbordo, ou seja, despejam o lixo recolhido no município e este lixo é colocado em uma grande carreta para ser transportado para seu destino final na cidade de Candiota – RS.

Está situação obriga as carretas a percorrem aproximadamente 201 quilômetros para o descarte final do lixo, em outro município e isso, gera ônus para os contribuintes. Além, de que o local de transbordo, no antigo lixão, favorece para proliferação de insetos, roedores e, causa um mau cheiro.

Inicialmente, podemos ponderar como uma hipótese de que a ocupação desse espaço foi devido a aproximação do local de trabalho e a falta de moradia, mas, no presente, a maioria das pessoas permanecem no espaço ou ocuparam este espaço nos últimos anos, principalmente pela falta de moradia, tendo em vista que são pessoas de baixa renda. Dessa forma, não possuem condições para comprar um terreno ou casa em um bairro com infraestrutura pública municipal.

A PESQUISA DOCUMENTAL E DE CAMPO E SEUS RESULTADOS

Foram entrevistados 16 famílias da Vila Maria dos Anjos, no município do Rio Grande, RS, o que representa aproximadamente cinco por cento (5%) dos moradores de um universo de aproximadamente 300 famílias, segundo a equipe da saúde da família, a qual atende o local.

Na ocasião, foram feitas dezesseis perguntas (16), tais como: número de membros da família, tempo de moradia, maior nível de escolaridade, ocupação, idade dos membros da família, tipo de construção e número de comodors, se possuem acesso à energia elétrica, se possuem acesso a água potável, se possuem banheiro, se tem acompanhamento de assistente social, se é atendida por equipe de saúde da família, se é beneficiária de bolsa do Governo Federal, se tem consciência dos riscos de morar próximo ao lixo para a saúde, se considera-se branco, negro, índio, mulato, amarelo, qual o motivo que levou a optar em morar na Vila, se já foi procurado pelo poder público para realocação para uma área legalizada.

Entrevista com os moradores da Vila Maria dos Anjos

1. Quanto ao número de membros da família:

- a) 18,75% das residências entrevistadas são constituídas por apenas uma (1 pessoa);
- b) 18,75% são constituídas por famílias com duas (02 pessoas);
- c) 6,25% são formadas por três (03 pessoas);
- d) 12,5% são formadas por quatro (04 pessoas);
- e) 31,25% são constituídas por seis (06 pessoas);
- f) 6,25% são constituídas por sete (07 pessoas);

g) 6,25% são formadas por oito (08 pessoas).

Diante dos dados, percebe-se que 62% das residências são ocupadas por três pessoas ou mais. Sendo grande parte destas residências de madeira e com uma área construída bem pequena.

2. Tempo de moradia das famílias na Vila Maria dos Anjos:

a) 18,75% dos moradores, residem menos de um (01 ano);

b) 12,5% residem a um (1 ano);

c) 6,25% residem a dois (2 anos);

d) 6,25% residem a três (3 anos);

e) 18,75% residem a cinco (5 anos);

f) 12,5% residem a seis (6 anos);

g) 6,25% residem a oito (8 anos);

h) 6,25% residem a quinze (15 anos);

i) 6,25% residem a trinta (30 anos)

j) 6,25% residem a trinta e cinco (35 anos).

Dentre as respostas dos moradores constatasse que 75% dos entrevistados, moram na Vila Maria dos Anjos, no máximo a seis (6 anos). Sendo assim, existe fortes indícios de que o local ainda é atraente para pessoas de baixa renda, pois as pessoas ainda procuram o local para moradia.

3. Maior nível de escolaridade da família?

a) 18% das residências possuem pessoas analfabetas;

b) 6,25% possuem primeira série do ensino fundamental;

c) 6,25% possuem segunda série do ensino fundamental;

d) 6,25% possuem a quarta série do ensino fundamental;

e) 6,25% possuem a sexta série do ensino fundamental;

f) 37,5% possuem o ensino fundamental completo;

e) 18,75% possuem o ensino médio completo.

Dentre as respostas dos moradores, apenas 37% tem ensino fundamental completo e 18,75% o ensino médio completo. Nenhum dos moradores entrevistados possui algum dos integrantes da

família fazendo curso superior, o que pode ser falta de oportunidade ou desconhecimento da importância de buscar novos conhecimentos em uma instituição de ensino superior.

4. Ocupação dos entrevistados

- a) 31,25% são do lar;
- b) 18,75% são recicladores;
- c) 18,75% são aposentados;
- d) 6,25% vigilante;
- e) 12,5% realiza serviços gerais;
- f) 6,25% é industriário;
- g) 6,25% é pedreiro.

Diante dos dados é possível constatar que 50% dos entrevistados são do lar ou aposentados. Portanto, apenas 50% está ativamente no mercado de trabalho.

5. A idade dos membros das famílias:

- a) 7,35% tem idade de 0 a 2 anos;
- b) 26,5% tem idade de 3 a 10 anos;
- c) 14,7% tem idade de 11 a 18 anos;
- d) 18% tem idade de 19 a 30 anos;
- e) 13% tem idade de 31 a 40 anos;
- f) 21% tem acima de 40 anos.

Os dados mostram que 79% dos moradores têm idade de zero até quarenta anos de idade, ou seja, são pessoas jovens, em idade escolar e de inserção no mercado de trabalho.

6. Tipo de construção das moradias:

- a) 87,5% das residências são de madeira
- b) 12,5% das residências são de alvenaria

Diante dos dados fica evidente que o bairro é constituído de famílias de baixa renda, pois além de estarem morando ao redor do lixão municipal, grande parte das residências são de madeira simples, ou seja, não oferecem qualidade nem isolamento térmico.

7. Número de cômodos da residência:

- a) 18,75% das residências possuem um cômodo;
- b) 18,75% possuem dois cômodos;
- c) 18,75% possuem três cômodos;
- d) 31,25% possuem quatro cômodos;
- e) 12,5% possuem cinco cômodos.

Os dados mostram que 56,25% das residências possuem apenas três cômodos (peças), sendo que todas residências são pequenas, o que acaba condicionando grande parte dos moradores a dormirem num mesmo quarto, por ser o único.

8. Perguntado se possuem banheiro na residência

- a) 31% das residências não possuem banheiro;
- b) 69% das residências possuem banheiro.

Mesmo sendo um banheiro, um cômodo fundamental numa residência, pois faz parte do saneamento básico, o qual tem relação direta com a saúde das pessoas, 31% dos entrevistados não possuem banheiro e dos 69% que dizem possuir, são locais simples, de madeira e os dejetos são dispersos no solo, em um buraco, sem o devido tratamento necessário, para evitar a contaminação do solo e das pessoas que tiverem contato fisicamente. Portanto, é o mesmo que nada, em outras palavras.

9. Questionados se possuem acesso à energia elétrica e água potável:

- a) 25% dos entrevistados possuem acesso à energia elétrica ofertada pela empresa prestadora de serviço;
- b) 75% dos entrevistados não são atendidos pela empresa prestadora de serviço, pois as ocupações estão em área não legalizada.

Segundo os moradores, a não oferta de energia elétrica pela empresa prestadora de serviço, está no fato de que a área não é regularizada e com isso, a empresa não instala postes de luz.

Com relação a água potável, o serviço é oferecido para 100% dos moradores, mesmo a área não sendo regularizada, o que segundo os moradores, isso acontece por ser um recurso natural e fundamental para sobrevivência humana.

10. Tem consciência sobre os riscos para a saúde morando ao redor do lixão municipal:

- a) 87,5% dos moradores tem consciência dos riscos;

b) 12,5% dos moradores não tem consciência dos riscos.

A maioria dos moradores, 87,5% dizem ter consciência dos riscos de residirem ao redor do lixão municipal, devido a presença de ratos, gaivotas e animais domésticos que se alimentam do lixo. Também, dizem ter conhecimento da exposição ao chorume que escorre pelas valas a céu aberto, na frente das residências, além do mau cheiro. Porém, alegam que este é o único local que possuem para morar, pois não possuem recursos para comprar um terreno ou residência regularizada.

Com relação aos 12,5% dos moradores, estes se dizem não acreditarem que estão expostos a risco a saúde e reforçam que este é o único local que possuem para morar.

11. Possuem acompanhamento da Assistente Social e da Equipe de saúde da Família:

- a) 100% dos moradores responderam que não recebem acompanhamento de assistência social;
- b) 100% dos moradores dizem ser acompanhados pela Equipe de Saúde da Família.

Diante dos dados, fica explícito que os moradores da Vila Maria dos Anjos, não recebem nenhum tipo de acompanhamento de assistência social, mesmo dependendo grande parte deles de políticas sociais, como, por exemplo, o auxílio financeiro do Governo Federal, como o Auxílio Brasil, o qual depende de um cadastro correto no site do governo, sendo que, uma grande parte desses moradores não possuem computador, internet, nem conhecimento para solicitar o auxílio, vindo a depender da ajuda da comunidade ou precisam se deslocar até um órgão público municipal para pedirem auxílio a fim de efetivarem sua inscrição, pois caso contrário não terão o deferimento para receber a ajuda tão necessária para atender as necessidades básicas da família.

Com relação a Equipe de saúde da família, todos se dizem serem assistidos. E, quando da visita verificam o estado de saúde e fazem os encaminhamentos quando necessários a um médico especialista. Dito isso, eles consideram um ótimo serviço prestado pelos agentes de saúde municipal e dizem possuírem o maior respeito e consideração por estes profissionais.

Entrevista com os Secretário Municipal de Coordenação, Planejamento, Habitação e Regularização

1. Quando o lixão municipal da cidade do Rio Grande teve início?

O terreno passou a ser local de lixão municipal no ano de 1983;

2. O município dispõe de aterro sanitário?

Sim, entrou em funcionamento no ano de 2009 e está em operação, localizado na Vila da Quinta, Distrito do Rio Grande/RS.

3. O lixão municipal localizado na Vila Maria dos Anjos, tem recebido várias carretas diariamente, por que voltou a operar?

O local serve de transbordo desde 2009, ou seja, os caminhões de lixo despejam no terreno o lixo recolhido de toda cidade e após é colocado em uma carreta grande leva para levar ao aterro sanitário.

4. Existe previsão de construir um novo aterro sanitário no município? Onde e quando vai entrar em
Não, pois depende de um terreno adequado, de licenciamento ambiental, entre outros fatores que oneram muito o município.

5. Existe projeto para realocação dessas famílias, levando em consideração que o terreno é irregular?

Não existe projeto. O que existe é uma relação de famílias de todo o município para receberem casa do programa casa verde amarelo do Governo Federal.

6. Quais medidas foram adotadas para evitar novas ocupações no local?

Foi feito o recadastramento das famílias que moram no local e está sendo controlada a área para evitar novas ocupações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial é a grande responsável por estas ocupações irregulares, pois fragmenta as classes sociais dentro das cidades. Com isso, as pessoas com menor poder aquisitivo, ocupam áreas marcadas pela insegurança, moradias precárias e com ausência de infraestrutura básica para a população.

A Vila Maria dos anjos, mesmo tendo sido ocupada de forma irregular, não pode ficar desassistida pelo poder público municipal e estadual, pois a ocupação se deu pela negligência da administração pública da época em ter permitido ou não ter feito nada para evitar.

O bairro é habitado por pessoas de baixa renda ou desempregados, as quais na maioria das vezes não tem voz perante o setor público, para reivindicar melhorias. Porém, compete a administração municipal buscar ouvir estas pessoas que reivindicam iluminação pública, fechamento valetas a céu aberto, melhoria na pavimentação das ruas, as quais ficam intransitáveis

em dias de chuva, além da regulamentação dos terrenos para que possa ser instalado energia elétrica pela empresa responsável.

Conforme declarado pelos moradores entrevistados, morar na Vila Maria dos Anjos não foi uma opção, mas sim, a única possibilidade de ter um lugar para residir. Então, considerando que o bairro é ocupado pelo menos desde a década de noventa e o município não tomou medidas efetivas para evitar, tão pouco para impossibilitar novas ocupações, que tome então, medidas capaz de minimizar as péssimas condições do local, através de melhorias na infraestrutura, a fim de possibilitar o deslocamento dos pedestres em dia de chuva, assim como possibilitar o acesso à energia elétrica, através da regulamentação do serviço junto a empresa responsável pela instalação.

A cidade do Rio Grande, assim como o Brasil num todo, possui muita desigualdade social. Portanto, são fundamentais programas de moradia do Governo Federal, mas, também é tão importante quanto, o município possuir um programa de regularização e controle rigoroso de construções para evitar ocupações em áreas impróprias para moradia, em que podem colocar em risco a vida ou a saúde dos moradores.

O município dispõe de uma instituição de ensino superior federal, a qual pode auxiliar através dos cursos de engenharia, geografia, entre outros, para que os projetos do município sejam realmente efetivados de forma integral, pois com isso, ganha toda a sociedade. Porém, no presente, o que se observa é uma gestão pública trabalhando de forma individual, não aproveitando todo o potencial que pode ser oferecida por uma IES pública, a qual pode através dos estudantes bolsistas, contribuir para construção de um projeto de regularização de terrenos, demarcação de áreas de risco, enfim, do mapeamento de todo o município, a fim de que a administração pública possa ter conhecimento de toda realidade do município do Rio Grande.

De posse de um mapeamento completo do município, melhores serão as decisões tomadas para efetivação dos projetos de infraestrutura nos bairros. Mesmo que o município já tenha, a parceria com a IES, esta pode ser revista para que suas ações sejam mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRANDÃO, Carlos. As heterogeneidades estruturais e a construção da unidade nacional: integração do mercado nacional e a construção de uma “economia urbana complexa”. In.: BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campina: Ed. Unicamp, 2007.

CASTILHO, Cláudio. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à Acumulação de capital de capital ‘e’ da “cidade à realização plena da vida humana”! ACTA. Geográfica, Boa Vista, v. 5. n.10 Jul/Dez. de 2011. p. 95-113.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOETTERT, Jones Dari. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de PósGraduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

MORAES, Antonio Carlos.; COSTA, Wanderley Messias da. O ponto de partida: o método. In.: MORAES, Antonio Carlos.; COSTA, Wanderley Messias da. Geografia crítica: a valorização do espaço. SP: Hucitec, 1984. P. 26-34

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. A periferia como fronteira de expansão do capital. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/182047906-A-periferia-como-fronteira-de-expansao-do-capitalyvonne-mautner.html>. Acesso em: 16 fev. 2022

OLIVEIRA, Daniela Schster et al. Correlação entre o crescimento urbano- portuário- industrial do município do Rio Grande/RS e suas unidades Geotécnicas, Anais do V Simpósio Brasileiro de Oceanografia. Santos, 2011.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2009